



II

CONGRESO INTERNACIONAL
LOS ORÍGENES
DE LA EXPANSIÓN EUROPEA
CEUTA 1415

II

CONGRESO INTERNACIONAL
LOS ORÍGENES DE LA EXPANSIÓN EUROPEA
CEUTA 1415



INSTITUTO DE ESTUDIOS CEUTÍES

**CONGRESO INTERNACIONAL
CEUTA, 1415. LOS ORÍGENES DE LA EXPANSIÓN EUROPEA**

(Ceuta, 1 al 3 de octubre 2015)

Organiza - Instituto de Estudios Ceutíes con la colaboración de

Centro Asociado de la UNED de Ceuta
Centro de Historia d'Aquém e d'Alem-Mar
Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades
Laboratório de Paisagens, Património e Território
Campo Arqueológico de Mértola
Campus Universitario de Ceuta
Facultad de Educación, Economía y Tecnología de Ceuta
Universidad de Granada
Universidad de Sevilla
Ministerio de Educación, Cultura y Deporte

Comité Científico:

Dr. Joao Paulo Oliveira e Costa (Universidad Nova de Lisboa)
Dr. Francisco José Rogado Contento Domingues (Universidad de Lisboa)
Dr. Joao Barros Matos (Universidad de Évora)
Dr. Filipe Themudo Barata (Universidad de Évora)
Dr. Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte (Universidad de Oporto)
Dra. Isabel Drumond Braga (Universidad de Lisboa)
Dr. Manuel García Fernández (Universidad de Sevilla)
Dr. Manuel Fernando Ladero Quesada (Universidad Nacional de Educación a Distancia)
Dr. Jorge Manuel Simão Alves Correia (Universidad de Minho)
Dra. Susana Gómez Martínez (Campo Arqueológico de Mértola)

Comité Organizador:

Fernando Villada Paredes (Instituto de Estudios Ceutíes)
Rocío Valriberas Acevedo (Instituto de Estudios Ceutíes)
Joana Bento Torres (Instituto de Estudios Ceutíes)

© Textos: Sus autores

© Edición: Instituto de Estudios Ceutíes

Depósito Legal: 47 - 2019

ISBN: 978-84-16595-78-5

Impresión y Diseño: Papel de Aguas, S.I. Ceuta.

Quedan reservados todos los derechos:

Esta publicación no puede ser reproducida, ni en todo ni en parte, ni registrada en, ni tramitada por, sistema de recuperación de información, en ninguna forma ni por ningún medio, sea mecánico, fotoquímico, electrónico, magnético, electroóptico, por fotocopia, o cualquier otro, sin el permiso previo del Instituto de Estudios Ceutíes.

ÍNDICE

IV.- TESTIMONIOS MATERIALES

Habitar na Alcácer Ceguer portuguesa (Marrocos): dois casos de apropriação de espaço doméstico islâmico nos séculos XV e XVI <i>Joana Bento Torres</i> <i>André Teixeira</i>	9
Sentirse en casa. Importaciones desde Europa en áreas de exploración <i>Marta Caroscio</i>	41
A propósito de las puertas y corachas islámicas y lusitanas del frente occidental de las fortificaciones del Istmo de Ceuta <i>José Manuel Hita Ruiz</i> <i>Fernando Villada Paredes</i>	59
Procesos de restauración de la escultura de Nuestra Señora del Valle de Ceuta <i>Álvaro Domínguez Bernal</i>	105
La internacionalización del estrecho de Gibraltar en el siglo xv: la evidencia cerámica <i>José Antonio Ruiz Gil</i>	117
De Ceuta a Santarém: Imagem e memoria do percurso de D. Pedro de Meneses <i>Antonia González Tinturé</i> <i>M^a. Antonia Athayde Amaral</i>	125

V.- ECONOMÍA, ADMINISTRACIÓN, URBANISMO Y CULTURA

De Ceuta para o mundo: em rota pela regularidade urbanas <i>Jorge Correia</i>	163
O Impacto do Passado: Avisos, Novas e Relações de Ceuta no Portugal do século XVIII <i>Isabel M. R. Mendes Drumond</i>	183
A organização política e administrativa de uma cidade conquistada: Ceuta nos séculos XV e XVI <i>Filipa Roldão</i>	207
La sede episcopal vacante de Ceuta. un obispado entre dos coronas <i>José Luis Gómez Barceló</i>	215
Análisis de las relaciones de Andalucía con la Ceuta portuguesa como exponentes de decisiones políticas. el caso de Málaga (1415-1640) <i>Antonio Carmona Portillo</i>	235
Ceuta, epopeya portuguesa (1415-1580): el devenir portugués de un territorio marroquí <i>Alicia Fernández García</i>	269
Imposing Christianity on North Africa at the Dawn of Portuguese Overseas Expansion: Roman Catholic Competitive Domination of Muslim Religious Sites in Ceuta, North Africa (c. 1415-1475) <i>Timothy D. Walker</i>	291

HABITAR NA ALCÁCER CEGUER PORTUGUESA (MARROCOS): DOIS CASOS DE APROPRIAÇÃO DE ESPAÇO DOMÉSTICO ISLÂMICO NOS SÉCULOS XV E XVI

Joana Bento Torres

CHAM - Universidade Nova de Lisboa

André Teixeira

CHAM - Universidade Nova de Lisboa

INTRODUÇÃO

Alcácer Ceguer (Ksar Seghir) situa-se na margem Sul do Estreito de Gibraltar, sensivelmente a meia distância entre as duas cidades de Ceuta e Tanger, numa área de enorme importância estratégica ao longo dos tempos, por ser um ponto de passagem entre a Península Ibérica e o Norte de África, controlando igualmente a navegação entre o Mediterrâneo e o Atlântico. Sendo incerta a data de assentamento no local, está bem documentada uma importante actividade urbana a partir de finais do século XIII, sob a dinastia merínida, traduzida na construção de fortificações e edifícios públicos (Redman, 1986, p.22-31; Mojoud, 2012; Cressier, 2012, p.61-65), reconhecível também em espaços circunvizinhos (Raissouni *et al*, 2015). O aglomerado urbano foi conquistado pelos portugueses em 1458, sendo a segunda posição ocupada no Norte de África, depois de Ceuta em 1415, marcando o retomar da ofensiva no Magrebe depois do fracasso de Tanger em 1437 e do subsequente cativo do Infante D. Fernando (Farinha, 1990, p.157). A posição só veio a ser abandonada em 1550, no quadro da redefinição da política marroquina portuguesa durante o governo de D. João III (Cruz, 1997).

Os 92 anos de ocupação portuguesa de Alcácer Ceguer motivaram radicais transformações do quotidiano do lugar, com a substituição da população muçulmana preexistente por portugueses vindos do Reino, entre outras comunidades. Alteraram também sensivelmente a morfologia do espaço



Fig.1.- Localização de Alcácer Ceguer.

urbano, não apenas ao nível dos elementos arquitectónicos mais significativos, como fortificações ou edifícios de culto, mas também dos arruamentos, habitações, espaços comerciais ou artesanais (Correia, 2008, p.150-169). A transformação foi paulatina, em campanhas de obras sucessivas, relativamente bem documentadas no que toca aos edifícios mais importantes, menos clara no que se reporta às construções mais comuns.

O conhecimento de que dispomos relativamente à Alcácer Ceguer portuguesa resulta essencialmente das missões arqueológicas ali desenvolvidas entre as décadas de 1970 e 1980, por uma equipa marroco-americana dirigida por Charles L. Redman. Com efeito, o sítio ficou abandonado após a partida dos portugueses em meados do século XVI, chegando aos nossos dias como uma ruína, que guarda no seu subsolo importantíssima informação relativa à história do lugar. Aqueles trabalhos arqueológicos permitiram, de facto, não apenas revelar parcelas do aglomerado urbano existente à che-

gada dos portugueses, como identificar extensivamente a ocupação cristã. Documentaram a criação de uma área casteleja, o reforço das fortificações, a conversão da mesquita principal em igreja matriz e a construção de um novo espaço de culto, a desactivação dos banhos públicos e a alteração dos espaços domésticos e malha urbana, a par das transformações na cultura material (Redman, 1986, p.138-187). As publicações desta equipa constituem, pois, uma fonte de conhecimento inestimável sobre a presença portuguesa no local, não esgotando contudo o potencial de informação que foi colectado naqueles anos, nem a pluralidade de interpretações que hoje, com novos ângulos de visão, podemos avançar relativamente a esta temática.

Assim, desde 2011 retomámos os trabalhos arqueológicos neste sítio, entretanto objecto de operação de valorização (Boudjay, 2012), primeiro através de dois projectos financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e pelo Centre National pour la Recherche Scientifique et Technique¹, e mais recentemente através de um projecto apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian². Um dos vectores da nossa investigação tem sido o estudo das estruturas habitacionais portuguesas, procurando compreender a transição entre a ocupação da última fase merínida e apropriação cristã dos espaços, bem como as transformações que foram sendo operadas ao longo da presença portuguesa. Questões de carácter social, económico e cultural são consideradas nesta análise, a par dos processos de redefinição da malha urbana e da construção dos principais equipamentos, esperando-se poder apresentar, em futuro trabalho académico³, uma visão alargada desta pro-

1.- O primeiro denominado *Villes et architectures d'origine portugaise au nord du Maroc: Asilah et Qsar es-Sghir*, da Direction Régionale de la Culture de la Région Tanger-Tétouan e da Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, dirigido por Jorge Correia e Mehdi Zouak (2010-2011), o segundo designado *O sítio arqueológico de Ksar Seghir: confluência de civilizações entre o Mediterrâneo e o Atlântico (séculos XIV-XVI)*, da Conservation du site archéologique de Ksar Seghir e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dirigido por um de nós (AT) e por Abdelatif el-Boudjay (2013-2014).

2.- Intitulado *Espaços e vivências urbanas do período português no Norte de África: arqueologia em torno do Estreito de Gibraltar (séculos XV a XVII)*, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e dirigido por um de nós (AT), em 2015-2016.

3.- A tese de doutoramento em arqueologia de um de nós (JT), denominada *Quotidianos portugueses em Alcácer-Ceguer: estudo histórico-arqueológico de contextos domésticos (séculos XV-XVI)*, a apresentar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e que gozou de uma bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/78664/2011).

blemática, a partir dos dados compulsados aquando das campanhas dirigidas por Charles L. Redman.

Neste trabalho focamo-nos no modo de habitar dos portugueses que residiram em Alcácer Ceguer entre meados do século XV e meados do século XVI, um testemunho ímpar da primeira fase da expansão portuguesa. Debruçamo-nos sobre dois casos de vestígios arqueológicos previventes, tanto nos níveis portugueses, como nos islâmicos⁴: o conjunto definido pelas quadrículas E16N14, E15N14 e E15N15 e o conjunto enquadrado pelas quadrículas E17N10, E18N10 e E18N9. Depois da descrição de cada um dos conjuntos, reflectiremos sobre as alterações que foram operadas entre as duas fases de ocupação, procurando integrar as habitações cristãs no quadro mais vasto da arquitectura corrente portuguesa entre a tardo-medievalidade e inícios da modernidade. O nosso enfoque centra-se nas estruturas, deixando de parte a abordagem detalhada da cultura material, que já ensaiámos noutros locais também de forma preliminar (Teixeira et al., 2013).

Por fim, queremos expressar os nossos agradecimentos a instituições e pessoas que têm permitido este labor nos últimos anos. Por um lado, as entidades do Ministério da Cultura de Marrocos que têm enquadrado e sido parceiros deste trabalho, nomeadamente a Direction du Patrimoine Culturel e a Conservation du Site Archéologique de Ksar Seghir, esta na pessoa do seu director, o nosso colega Abdelatif el-Boudjay. Por outro, o CHAM, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, que tem alojado e suportado em Portugal a continuidade dos trabalhos arqueológicos no Norte de África. Uma referência também é devida às instituições que financiaram os projectos supracitados, bem como à Direcção-Geral do Património Cultural, de Portugal, que tem apoiado o projecto através da participação de duas das suas técnicas⁵. Não queremos também deixar de prestar tributo a Charles Redman, não apenas pelo trabalho que desenvolveu neste sítio, mas pelo acolhimento e ajuda que tem dado à nossa missão, incluindo durante uma proveitosa estadia de um de nós (JT) em Tempe, onde hoje dirige o Julie Ann Wrigley

4.- Todos os dados que expomos neste trabalho provêm dos registos de campo efectuados pela equipa de Charles Redman, até há pouco guardados na Arizona State University, onde os consultámos, mas que recentemente foram depositados na Conservation du Site Archéologique de Ksar Seghir.

5.- Antónia González Tinturé e Sónia Gabriel.

Global Institute of Sustainability da Arizona State University. Enfim, o nosso reconhecimento a todos os colegas que têm integrado os trabalhos arqueológicos em Alcácer Ceguer com esforço, sabedoria e abnegação⁶.

CONJUNTO E16N14-E15N14-E15N15

O primeiro conjunto de habitações identifica-se com as quadrículas E16N14, E15N14 e E15N15. Na designação da missão marroco-americana a estrutura da época portuguesa encontrada completa foi classificada como complexo C, ao passo que a casa islâmica integralmente escavada recebeu o nº310 (Redman, 1986, p.85). A primeira intervenção, entre 14 e 27 de Junho de 1975, decorreu no quadrado E16N14, sendo responsável Anzalone, registando-se os níveis portugueses. A mesma área foi novamente escavada entre 7 e 19 de Abril de 1977, pondo-se à vista uma habitação muçulmana bem preservada, o que levou ao alargamento da sondagem para o quadrado E15N14, entre 23 de Abril e 7 de Maio de 1977, sob a responsabilidade de Anzalone e Arfin. Por último, abriu-se a quadrícula E15N15, entre 15 de Março e 22 de Abril de 1978, sob a responsabilidade alternada das duplas Boone e Rosenthal, primeiro, e Myers e Elze, depois, permitindo registar integralmente a casa do período português (Teixeira *et al*, 2013, p.312-314).

Em termos estratigráficos, a primeira camada era composta por sedimento humoso com pouco espólio. Os dois estratos seguintes possuíam quantidade apreciável de materiais de época portuguesa, colmatados pela destruição da casa: a camada 2 caracterizava-se por ter sedimento castanho-escuro solto, com abundante derrube de parede, ao passo que a camada 3 era castanha clara e compacta, notando-se um aumento da presença de derrube do telhado em detrimento dos colapsos de parede. Infere-se, pois, que a destruição da cobertura terá ocorrido em momento anterior ao derrube das paredes da casa, num processo lento após o abandono do aglomerado urbano pelos portugueses, em que as estruturas se foram paulatinamente convertendo em ruínas.

A escavação desta área permitiu identificar duas unidades habitacionais da época portuguesa, mas só a localizada a Oeste foi integralmente reco-

6.- Alexandra Gomes, André Bargão, Andreia Torres, Beatriz Fonte, Cátia Charters, Elisabete Conceição, Gonçalo C. Lopes, José Bettencourt, Kaoutar El-Baljani, Luís Serrão Gil, Luna Watkins, Mariana Mateus, Nuno Paula, Patrícia Carvalho, Paula Maurício, Sara Ferreira, Sofia Lovegrove, Teresa Costa, Tiago Curado.

nhecida, pelo que apenas ela será aqui abordada. Tinha cinco compartimentos, possivelmente com um único piso térreo. No compartimento 1, a Este, detectou-se o maior número de vestígios materiais, tanto cerâmicos, como faunísticos e metálicos, a par de dois numismas de época portuguesa, uma mó fragmentada e uma bacia em pedra também partida, tendo sido classificado como zona de despejo. O compartimento 2, no centro da habitação, tinha pouco espólio, embora algum bem preservado e *in situ* sobre o pavimento, tal como o deixaram os últimos habitantes portugueses. O compartimento 3, a Sudoeste, com abundantes numismas, uma bala de mosquete, fragmentos de cerâmica e metal de época portuguesa, tinha um banco em pedra e tijolo rebocado no canto Norte. Do compartimento 4, a Sudeste, não é feita referência a material *in situ*, embora o seu estudo tenha revelado uma presença destacada de alguidares cerâmicos (Teixeira *et al*, 2013, p.331-332). No compartimento 5, a Norte, detectou-se uma zona de cinzas no canto Oeste, provavelmente correspondendo a uma lareira, bem como recipientes cerâmicos com vestígios de utilização ao fogo.

Excluindo a espessura dos muros, a superfície útil desta casa atinja quase os 72m²: o compartimento 1 tinha cerca de 10 m² (6 m x 1,7 m),

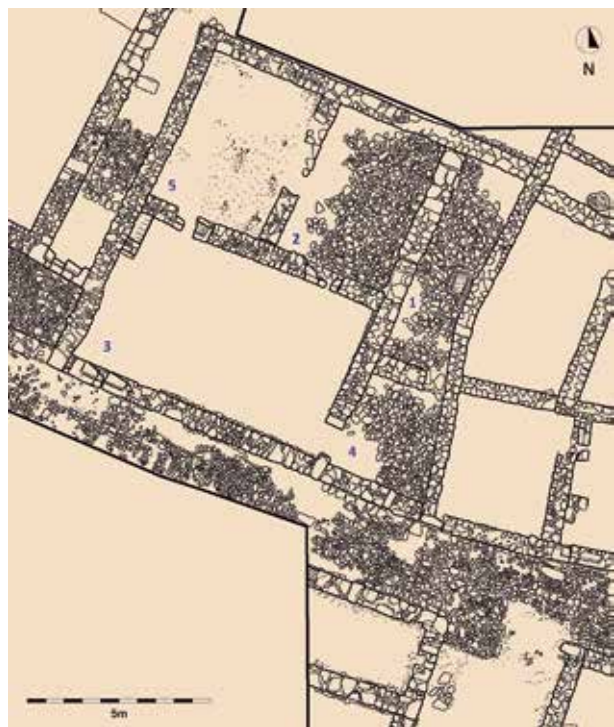


Fig.2.- Estruturas de época portuguesa em E16N14-E15N14-E15N15.



Fig.3.- Estruturas de época portuguesa em E16N14.

o 2 e o 5 tinham 16 m² (4 m x 3 m), o 3 aproximadamente 27 m² (6,75 m x 4 m) e o 4 tinha 2,75 m² (2,75 m x 1 m). O compartimento maior, o 3, era o que comunicava com o exterior, permitindo também o acesso aos compartimentos 2 e 5, em direcção a Norte, e ao 4, em direcção a Este. Muito provavelmente os compartimentos 1 e 4 teriam sido inicialmente um único espaço, separados numa fase posterior. Quase todos os acessos apresentavam uma soleira de pedra com orifícios, nos quais assentavam os gonzos das portas de madeira, compostas por duas tábuas. Somente a comunicação entre os referidos compartimentos 1 e 4 era singular, fazendo-se mediante uma abertura simples estruturada em ladrilho e com duas pedras na base ao nível do pavimento, não existindo porta. O acesso à rua era o maior, com cerca de 1,8 m de largura, medindo os restantes 1,1 m, à excepção da dita abertura entre os compartimentos 1 e 4, de quase 0,6 m.

Os compartimentos 1, 2 e 4 apresentavam pavimentos em pedra, de dimensões e feição irregulares, mas com o afeiçoamento da face superior (Fig. 3). Já no compartimento 5, onde se encontrou a lareira, especula-se sobre a possibilidade do pavimento ser apenas composto por terra batida. No caso do compartimento 3, o seu pavimento estava bastante danificado, resistindo alguns vestígios de um piso irregular de pequenas pedras e argamassa. As paredes que integravam esta casa, tanto as que a delimitavam exteriormente como as que a dividiam interiormente, apresentavam espessuras relativamente regulares entre os 50 e os 55 cm de espessura. A generalidade dos muros tinha aparelho de pedras irregulares unidas por argamassa, podendo verificar-se um padrão de colocação das fiadas, sucessivamente com linhas de pedras de maior e de menor dimensão. Nalguns casos houve um claro reaproveitamento de grandes blocos irregulares, sendo os interstícios preenchidos por pedra miúda afeiçoada. Exceptuava-se a esta constituição a parede que dividia os compartimentos 2 e 5, que integrava pedra e tijolo, tal como o pequeno murete que dividia os compartimentos 1 e 4, que já considerámos terem sido separados em época mais recente face à data de construção da habitação portuguesa. Relativamente aos revestimentos não dispomos de informação completa, mas o reboco foi registado em todos os compartimentos, embora muitas vezes como sendo grosseiro ou estando mal preservado. Estamos em crer que cobriria todos os muros da habitação, explicando-se a sua presença ou ausência por questões de conservação.

Resta assinalar que esta casa se implantava na rua principal de Alcácer Ceguer, para a qual comunicava através da referida abertura no compartimento 3. Estava localizada sensivelmente a meio da Rua Direita, embora li-

geiramente mais próxima do extremo Este, a Porta de Ceuta, que do Oeste, o castelo. Confinava a poente com uma estreita via empedrada, separada da artéria pública por uma porta, a que se seguia a segunda igreja reconhecida arqueologicamente no burgo, identificada na documentação como sendo a de São Sebastião (Redman, 1986, p.157-161). A nascente pegava com outra habitação, definindo assim a fachada Norte desta rua principal do aglomerado urbano, junto da primeira travessa atestada arqueologicamente, que seguia para Sul.

Sob o solo da habitação portuguesa foram detectados níveis de ocupação islâmicos, correspondentes a arruamentos e a duas casas, das quais analisaremos aqui apenas uma, a Oeste, cuja escavação possibilitou obter a planta integral. A camada 4 das referidas quadrículas caracterizava-se por ter sedimento de coloração castanha escura pouco compacto, encontrando-se bastante espólio cerâmico, osteológico, metálico, vítreo, tanto de época merínida, como portuguesa, incluindo neste último caso uma bala de canhão

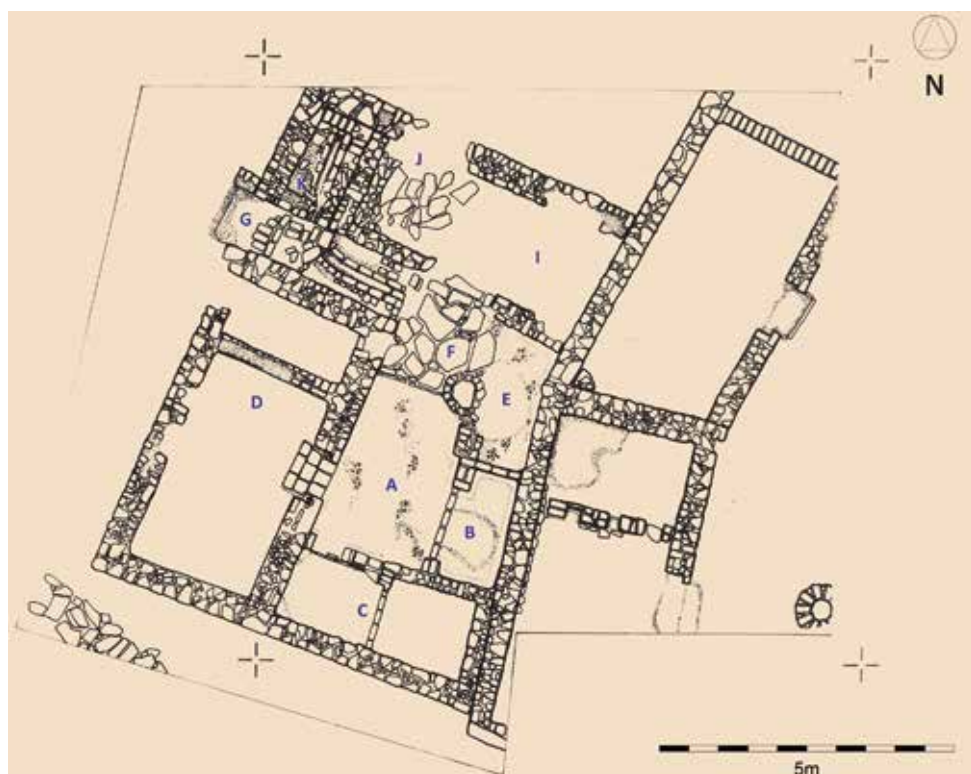


Fig.4.- Estruturas de época merínida em E16N14-E15N14-E15N15.

com 11cm de diâmetro; parece corresponder ao nivelamento do solo para construção da casa portuguesa. O estrato abaixo, a camada 5, tinha sedimento castanho claro compacto, marcado pela presença de algum espólio assinalável – entre cerâmica, fauna, objectos metálicos e em vidro, dados em osso e contas em azeviche –, mas sobretudo derrubes de telhado e paredes, devendo corresponder à destruição da habitação islâmica; a camada terminava com a definição do pavimento.

A casa tinha uma planta pouco simétrica, incluindo uma área útil de 38 m² – ligeiramente inferior à casa 1 de Huerta Rufino, em Ceuta (Hita e Villada, 1996, p.82) –, não havendo qualquer indício de piso superior. A única porta para o exterior, a nordeste, com 0,9 m de largura, era marcada por um degrau em pedra e estuque, a uma cota significativamente mais elevada que o solo do resto da habitação. Dava acesso a um corredor estreito (compartimento G), com 2,7 m² (3 x 0,9 m), pavimentado com ladrilhos cerâmicos, característica que nesta casa se circunscreve a este compartimento, bem ao contrário do que sucede na vizinha Ceuta, onde este revestimento foi largamente maioritário nas casas correntes coevas (Hita e Villada, 2000, p.28). O corredor permitia o acesso à latrina (compartimento K), um espaço com 1,1 m² (1,3 x 0,9 m) canonicamente orientado Norte-Sul (Hita e Villada, 2000, p.33-34), mas estruturava-se essencialmente para desembocar no canto noroeste do pátio central, simulando uma entrada em cotovelo, mantendo a característica privacidade do cerne da habitação.

O pátio tinha duas zonas distintas, marcadas por pavimentos diversos. A zona imediatamente contígua ao corredor, a nordeste (compartimento F), era revestida com pedras de média dimensão aplanadas superiormente e tinha 2,9 m² (1,8 x 1,6 m); aqui abria-se um poço com pelo menos 3,75 m de altura, estruturado em pedra e com boca de 0,56 m de diâmetro definida por tijolos e argamassa. A restante área do pátio (compartimento A) tinha solo irregular, misturando pequenas pedras/seixos e argamassa, notando-se contudo arranques de um pavimento em estuque; tinha 4,6 m² (2,9 x 1,6 m). A diferença de pavimentos deverá justificar-se pelo sistema de saneamento da casa: tanto a água da chuva como a que transbordasse do excesso ou da utilização do poço seria drenada pelo lajeado e encaminhada por uma canalização em tijolo sob a latrina, desaguando depois directamente na rua (Redman, 1986, p.84). Eram, em todo o caso, revestimentos muito pobres, se comparados com os de outras casas merínidas da vila, ou de habitações da mesma de Ceuta (Redman, 1986, p.87-92; Hita e Villada, 2000, p.28-29).

Em torno do pátio central dispunham-se os restantes compartimentos, de limites e funcionalidades nem sempre claros, já que nos parece poder descortinar-se que a habitação merínida derrubada pelos portugueses teve ela própria antecedentes, difíceis de fixar com o volume de informação arqueológica disponível. O compartimento I é interpretado como uma zona de cozinha, visto ter sido identificada uma área de combustão com bastante cerâmica queimada, carvão e cinzas, a par de um recipiente com marcas de fogo preservado *in situ*. O facto de não se ter detectado qualquer vestígio de fogão não anula esta hipótese, já que a sua ocorrência não é comum em contextos similares, tendo os achados da vizinha Ceuta um carácter singular (Hita e Villada, 2000, p.34). Este espaço, com 6,6 m² (4,1 x 1,6 m), tinha dois tipos de pavimento – um em pedra, outro em argamassa e terra batida –, notando-se a existência de um cano na parede Oeste que verteria para o citado sistema de saneamento.

Os compartimentos E e B, com 2 m² (2 x 1 m) e 2,3 m² (1,8 x 1,3 m) respectivamente, têm difícil interpretação, sendo considerados pela equipa que os escavou como zonas de arrumação, a primeira aberta, a segunda uma pequena área fechada. Os seus pavimentos eram de estuque, o último pintado a vermelho e acessível através de soleira em tijoleira estucada. Parece-nos que, na derradeira fase de ocupação desta casa, ambos tinham ligação evidente com o pátio central da habitação, como atesta a continuidade do revestimento do pavimento em estuque; o compartimento E terá, porém, sido alterado para implantação do poço e do respectivo sistema de drenagem de água. De facto, esta configuração de dois pequenos compartimentos adjacentes ao pátio central, em associação a um poço, parece ser um elemento característico das casas merínidas intervencionadas em Alcácer Ceguer, como a casa n.º 308, que analisaremos abaixo, e a n.º 317 (Redman et al., 1978, p.166), a par de exemplos da mais próxima povoação rural de Belyounech, ainda que nestes o poço seja substituído por fonte (Cressier *et al.*, 1986, p.339 e 341).

O compartimento C, com 5,6 m² (3,1 x 1,8 m), ainda tinha vestígios do estuque das suas paredes e solo, bem como uma soleira de tijolo, sendo considerado uma pequena alcova. Por fim, o compartimento D destacava-se como sendo o maior da casa, com 10 m² (4,8 x 2,1 m). Incluía um salão e uma alcova, divididos por um murete em tijolo, mas ambos com pavimento de estuque, sendo o do salão pintado. O acesso a partir do pátio, com vão de 0,9 m, era marcado por uma soleira em tijolo com orifícios para assentamento dos gonzos, para portas de duas tábuas. Seria um espaço reservado

ao principal elemento da família, destacando-se pelas suas dimensões, requinte decorativo e dignidade no acesso, como é habitual nas residências desta época, muito embora este caso de Alcácer Ceguer contraste com os da vizinha Ceuta pela pobreza dos materiais empregues (Redman, 1986, p.83; Hita e Villada, 2000, p.37-39).

Ao redor da casa dispunham-se os arruamentos daquele bairro, uma rua em terra batida a Oeste e outra pavimentada com pedras pequenas e sistema de escoamento a Sul. A primeira seria provavelmente uma rua secundária, contornando esta casa para Este, ao passo que a segunda seria uma via principal da medina. A reduzida área da escavação nestes níveis impossibilita um enquadramento mais claro desta habitação no burgo islâmico medieval de Alcácer Ceguer (Redman, 1986, p.50 e 83).

A evolução das estruturas habitacionais detectadas nesta área é complexa e diversificada. A par das mutações operadas na estrutura durante o período português, que como vimos foram modestas e centradas apenas na subdivisão de um compartimento, parece-nos que a estrutura islâmica chegada a meados do século XV não foi construída de raiz com a forma descrita, mas que é ela própria resultado de um processo evolutivo impossível de documentar com os dados disponíveis. Em todo o caso, importa analisar aqui o acto radical de transformação do espaço doméstico que representou a destruição de uma habitação merínida e a construção sobre ela de uma nova estrutura durante o período de ocupação portuguesa de Alcácer Ceguer.



Fig.5.- Sobreposição de estruturas de época portuguesa e merínida em E16N14-E15N14-E15N15 (com a envolvente, no caso das estruturas de época portuguesa).

Na verdade, foi relativamente limitada a adaptação ou reutilização da estrutura islâmica por parte dos cristãos, circunscrita a três muros, dois deles exteriores. Por um lado, a casa portuguesa reutilizou a parede que limitava a Oeste a habitação merínida com o mesmo fim, conservando o seu trajecto irregular e mantendo, portanto, a dimensão do lote residencial neste quadrante. Tal facto parece consentâneo com a estrutura da propriedade da vila cristã, em que os lotes preexistentes terão sido tomados por indivíduos distintos, dificultando uma operação reformadora que abrangesse mais do que uma parcela. Por outro lado, foi também mantida a parede que limitava a Sul a casa, embora prolongada para Oeste. Neste caso deve notar-se que o trajecto da Rua Direita rasgada pelos portugueses aproveitou neste sector uma rua islâmica preexistente de alguma importância. Em todo o caso, também neste flanco era difícil alterar a dimensão do lote, dada a centralidade do projecto de desenho das vias públicas.

As restantes paredes exteriores da habitação portuguesa eram divergentes da merínida, notando-se o alargamento do lote para Norte e, sobretudo, para Oeste. No primeiro caso a casa cristã avançou sobre a ruela islâmica, desnecessária numa nova concepção do espaço público e privado, que dispensava becos e acessos recônditos; note-se, aliás, que se a porta exterior da estrutura merínida se localizava a Oeste, virada para aquela ruela (como é regra em Alcácer Ceguer, segundo Redman, 1986, p.79), a da unidade portuguesa estava virada a Sul, dando directamente para a Rua Direita. No segundo caso estamos perante uma radical transformação da estrutura fundiária, já que, para implantar a igreja de São Sebastião, os cristãos anularam completamente o urbanismo islâmico preexistente. Sugere-se, mesmo, que esta habitação portuguesa poderá estar relacionada com o espaço de culto (Redman, 1986, p.170), aventando-se a hipótese de terem sido construídas numa mesma campanha de obras. Quanto aos limites exteriores Norte e Oeste da casa muçulmana foram simplesmente derrubados, aproveitando-se apenas o pequeno troço Norte da parede Oeste, onde se erguia a porta (que foi entaipada), como divisória de um dos compartimentos da unidade cristã. Não deixa, contudo, de ser uma atitude de claro pragmatismo, já que nos parece que a métrica da casa portuguesa, a que voltaremos, poderá ter sido aplicada em função do aproveitamento deste muro.

As maiores alterações ocorreram, porém, ao nível da organização e utilização interna. O pátio central foi totalmente eliminado e substituído por compartimentos cobertos, sendo atravessado por muros implantados sobre um aterro com escombros da habitação islâmica. Este é um fenómeno

que parece ter sido comum em Alcácer Ceguer, relacionando-se com um novo conceito de espaço doméstico, desprovido de um centro distribuidor de circulação, a principal área de sociabilidade da casa muçulmana. A existir um espaço exterior associado à construção portuguesa ele geralmente encontrava-se na retaguarda, sendo utilizado com múltiplas funções logísticas (Conde, 1997, p.245), fenómeno que contudo não se observou neste caso, dada a ausência de abertura para as traseiras. O poço do pátio central também foi inutilizado, destruindo-se a sua boca, colmatando-se e cobrindo-se a estrutura. Por fim, todos os compartimentos da casa islâmica foram inutilizados, salões, alcovas, a cozinha e a latrina, a par de todo o sistema de saneamento.

Na verdade, se a casa merínida obedece a um padrão comum a outras medinas da região, de que o caso de Ceuta é um dos mais elucidativos pelo volume de informação arqueológica (Hita e Villada, 2000), a casa portuguesa enquadra-se naquilo que Sílvio Conde designou como “casa pluricelular” (2011, p.30), que associa mais compartimentos a um dos modelos mais comuns no Reino, o da “casa dianteira e casa de dentro”. Assim, permanece a lógica de uma zona de acesso menos restrito, que comunica directamente com a rua, e outra mais recuada, eminentemente privada (Conde, 1997, p.245-48; Castilho, 2007, p.122).

Como salientámos noutra trabalho (Teixeira *et al*, 2013, p.333-334), o compartimento 3 associa-se a esse local de maior vivência da habitação, uma grande sala (Conde, 2010, p.73-74), local de convergência e de sociabilidade, marcada pela existência de um banco que se articularia com mobiliário; fazia a interligação entre o espaço público (a rua) e o privado (a casa), podendo ver-se nele uma substituição do pátio central como núcleo distribuidor de acesso aos demais compartimentos. Já os compartimentos 5 e 2 correspondiam àquele espaço interior, sendo neste caso possível a divisão entre uma área de cozinha, que se comprova pela presença da lareira, e uma outra que, por exclusão de partes, serviria como quarto de dormir. Finalmente, o compartimento 1 surge como zona de arrumos ou de acumulação de objectos inutilizados, ao passo que o compartimento 4, criado a partir do encurtamento deste último, poderá ter servido como dispensa. É evidente que nesta interpretação funcional, mais segura no que respeita aos compartimentos 3 e 5, mais duvidosa no que concerne aos 1, 2 e 4, pressupõe-se a inexistência de um segundo piso, pois não se verifica qualquer evidência arqueológica desta estrutura. De qualquer forma, caso existisse, o local de dormida seria geralmente transferido para o sobrado (Conde, 1997, p.245-247).

Sublinhe-se, igualmente, que esta habitação portuguesa de Alcácer Ceguer apresenta no seu desenho uma assinalável regularidade métrica, que parece seguir alguns padrões portugueses da época, nomeadamente o sistema da vara craveira (Cunha, 2003). Não deixa de ser significativa a calculada simetria nas áreas úteis desta casa, em que os compartimentos 2 e 5 compõem juntos uma área igual à do compartimento 3. Como referimos, a definição do eixo separador dos compartimentos 2 e 5 e do próprio local exacto de implantação da casa podem estar relacionados com o desejo de aproveitamento do muro exterior Oeste da habitação islâmica, que aqui foi reutilizado em grande medida, aplicando-se-lhe depois uma métrica portuguesa. Os compartimentos 1 e 4 não se enquadram nestas medidas tão regulares, visto serem limitados pelas paredes exteriores Este e Sul, de origem muçulmana. Em todo o caso, no que respeita à orgânica funcional da casa, poderemos ver nos compartimentos 2, 5 e 3 o núcleo básico da habitação cristã, estando os compartimentos 1 e 4 numa posição de clara periferia.

Se atentarmos ao perímetro da casa, notamos que tanto a parede Norte como a Oeste medem sensivelmente o equivalente a oito varas e meia; se considerarmos apenas os compartimentos 2 e 5 contabilizam-se precisamente sete varas de largura. Também os muros seguem a bitola da meia vara (50 a 55cm), norma que só não foi seguida nos casos de reaproveitamento de construções preexistentes; a dimensão é, aliás, idêntica à detectada em construções da mesma época em Portugal (Conde, 2011, p. 219). As dimensões das portas também apresentam coerência, correspondendo todas as fabricadas em cantaria a uma vara interna.

A forma quadrangular da habitação portuguesa afasta-a da tendência global da arquitectura corrente portuguesa desta época, onde predominam as casas alongadas, com maior comprimento que largura (Conde, 1997, p.248-49; Trindade, 2002, p. 31-32). Em todo o caso não se trata de uma configuração estranha e nalguns contextos urbanos do Médio Tejo ela é mesmo a forma maioritária na malha urbana (Conde, 2011, p.84). Quanto à área útil, de 72m², é bastante superior às médias averiguadas para outros núcleos urbanos portugueses, ainda para mais tratando-se de uma casa provavelmente térrea; esta é, porém, uma dimensão que não foge ao valor máximo da categoria prevalecente em vários aglomerados urbanos da zona meridional de Portugal (Trindade, 2002, p.34-35; Conde, 2011, p.142).

Em suma, se na compartimentação interior, no conceito e na lógica a casa portuguesa altera radicalmente os pressupostos da merínida, procura um aproveitamento pragmático estrutural do edificado, sem dispensar a aplicação de uma métrica familiar.

CONJUNTO E17N10-E18N10-E18N9

O segundo caso de estudo que aqui apresentamos diz respeito a habitações compreendidas nas quadrículas E17N10, E18N10 e E18N9. As estruturas de época portuguesa não receberam qualquer identificação particular, não sendo objecto de análise aprofundada por parte da equipa que as escavou, bem ao contrário da habitação merínida, nomeada como casa nº308, que mereceu atenta descrição, sendo uma das unidades mais bem conservadas deste período (Redman, 1986, p.86).

A primeira intervenção neste espaço decorreu entre 7 e 17 de Fevereiro de 1977, na quadrícula E17N10, por Kintigh, pondo-se à vista um nível de ocupação cristã. Neste mesmo ano, entre 12 de Abril e 2 de Maio, foi retomada a escavação desta área, sob coordenação alternada de Schreiber e Kintigh, desmontando-se aquela ocupação e escavando-se a derradeira habitação islâmica existente antes da chegada dos portugueses. No ano seguinte procedeu-se ao alargamento da área de trabalho, com a escavação das quadrículas E18N10 e E18N9, entre 17 de Fevereiro e 1 de Março de 1978, sob a coordenação de Myers e Goldstein, e em Abril de 1978, por Glick e Wondriska. Finalmente, entre 22 de Abril e 7 de Maio de 1978 foi retomada a escavação da quadrícula E17N10, com vista à

caracterização preliminar de níveis islâmicos mais antigos, trabalho retomado entre 20 de Maio e 30 de Setembro de 1980, em estratos que aqui não analisaremos.

A escavação dos níveis superiores permitiu identificar duas unidades habitacionais confinantes, de época portuguesa. A Oeste, descobriu-se uma estrutura incompleta, com área útil estimada de 44,9 m², onde se observaram três compartimentos: um de formato em “L” (compartimento 1), com 22,6 m² (6,6 x 5,2 m), confinante com uma

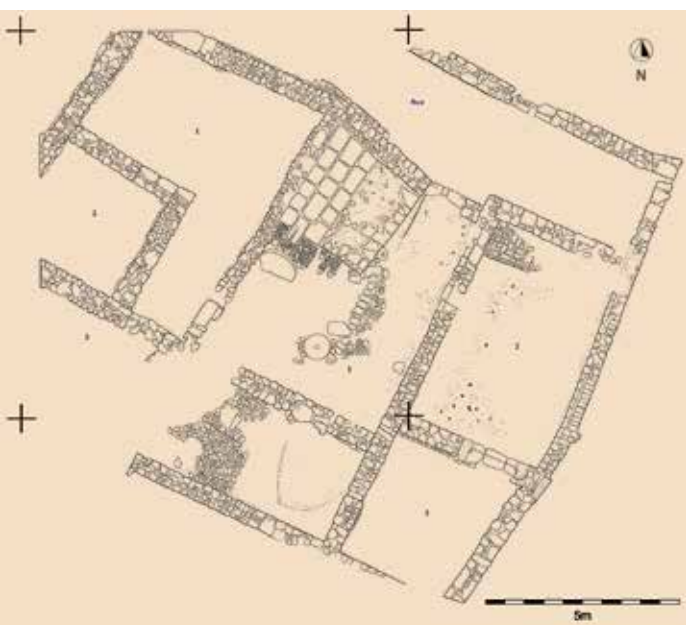


Fig.6.- Estruturas de época portuguesa em E17N10-E18N10-E18N9.



Fig.7.- Estruturas de época portuguesa em E17N10, habitação Oeste.

rua a Norte, para a qual se abria a porta principal, mau grado a inexistência de uma clara soleira; outro quadrangular, mais reduzido e a Oeste (compartimento 2), com $8,3 \text{ m}^2$ ($3 \times 2,75 \text{ m}$), cuja porta de acesso se abria para dentro (com $1,10 \text{ m}$ de vão), permitindo o acesso ao compartimento anterior; e outro a Sul (compartimento 3), com área estimada de 14 m^2 ($5,2 \times 2,7 \text{ m}$), de que se registou apenas uma pequena parcela, mas cuja porta abria também para o interior (com $1,10 \text{ m}$ de vão), possibilitando o acesso ao compartimento 1. A forma como estavam colocadas as soleiras destas portas indica-nos, pois, que estes compartimentos 2 e 3 eram cobertos, realidade que também se observa estratigraficamente no compartimento 1 e na própria rua, para onde terá colapsado uma parte do edifício.

Com efeito, a disposição dos estratos de todo este conjunto indica a presença de frequentes derrubes de paredes e telhados, a par das duas camadas reconhecidas arqueologicamente: uma superior de coloração castanha escura, pouco compacta; outra inferior, de tom castanho claro e maior compactação. Todo o espaço correspondente à fase de ocupação portuguesa foi escavado segundo quatro níveis artificiais, detectando-se a primeira camada no primeiro nível e a segunda camada nos terceiro e quarto níveis, variando a deposição no segundo nível. Atente-se particularmente à estratigrafia

do compartimento 1, com derrube de telhado no nível 1 e, novamente, um colapso de cobertura e de paredes no nível 3, seguindo-se o piso no nível 4; a destruição da estrutura deverá, pois, ter ocorrido em dois momentos distintos, podendo uma das águas do telhado ter cedido logo após o abandono e a restante cobertura ter caído apenas com o desmoronamento das paredes. Já no caso do compartimento 2 destaque-se a descoberta de quantidade significativa de objectos de cobre e ferro. Finalmente, deve referir-se que todos os pavimentos seriam em terra batida, não se tendo encontrado quaisquer outros materiais delimitadores do nível de circulação doméstico na época portuguesa.

A Este desta área de escavação foi reconhecida outra estrutura de época portuguesa, contígua à anterior, mas desta feita escavada integralmente, totalizando uma área útil de 56,5 m². Em termos estratigráficos todo o espaço se caracterizava por ter apenas uma camada, de terra castanha-escura pouco compacta, composta por vezes de derrubes do telhados ou de paredes. A estrutura compunha-se de três compartimentos, mas pode dividir-se em duas áreas de funcionalidade distinta. Por um lado, observou-se um espaço subquadrangular (compartimento 1), com 26,7 m² (6 x 4,45 m), com pavimento em argamassa, registando-se uma canalização coberta por lajes



Fig.8.- Estruturas de época portuguesa em E18N10, habitação Este.

de pedra que conduziam a uma pedra de mó, seguramente reaproveitada. Poderia ter uma abertura para a rua a Norte, embora não seja clara a existência de uma soleira, tendo seguramente acesso pela construção a nascente, que referiremos de seguida. Neste compartimento erguia-se uma estrutura sobrelevada com 14,2 m², composta na base por pedra e argamassa, tendo uma superfície de pequenas lajes de pedra bem talhadas, um muro delimitador e um bico vertedor em pedra na extremidade. Deverá corresponder a um lagar, integrando portanto uma área de trabalho. A construção deste lagar não é, contudo, imediatamente coeva à do espaço que o integra, como se pode verificar pelo corte das lajes da sua superfície que se adaptam à orientação sinuosa da parede Norte.

Por outro lado, definiu-se uma área claramente de habitação, composta por dois compartimentos: um subrectangular a Norte (compartimento 2), com 19,1 m² (5,45 x 3,5 m), marcado por uma lareira com superfície de tijolo e limites de pedra no canto Noroeste, com acesso directo à rua supracitada (1,4 m de vão), a par de uma porta que conduzia à referida área de trabalho (1,4 m de vão), a poente; outro subquadrangular a Sul (compartimento 3), sendo a parede Sul oblíqua, com cerca de 10,7 m² (3,4 x 3,5 m) e pavimento combinando terra batida e estuque. Os compartimentos 2 e 3 comunicavam através de uma porta que abria para o compartimento menor, interior, com 1,8 m.

Em termos estratigráficos cumpre assinalar uma singularidade desta casa, que combinava portanto um espaço de trabalho e outro habitacional. Junto à parede Sul do mencionado lagar verificou-se um empilhamento de telhas, provavelmente acondicionadas aguardando uma futura reparação de cobertura, desta ou de outra estrutura, tarefa que não teria chegado, porém, a concretizar-se.

Ainda no contexto dos níveis cristãos foi detectado um último compartimento, a Sul, entre as duas unidades habitacionais referidas, com o mesmo tipo de sucessão estratigráfica e pavimento de seixos e pequenas pedras. Este espaço não se relacionaria, porém, com qualquer uma daquelas habitações, pelo menos na sua fase final de utilização, mas antes com outra que não foi objecto de escavação, para Sul, flanco para onde se abria a sua única porta documentada.

Note-se que todos os muros destas construções foram erguidos com pedras irregulares unidas por argamassa, idênticos aos das estruturas portuguesas do outro conjunto habitacional descrito, verificando-se por vezes

o mesmo padrão de colocação das fiadas com linhas de pedras de maior e de menor dimensão; foram pontualmente integrados no aparelho grandes blocos bem talhados, talvez reaproveitados de edifícios preexistentes. A maioria dos muros tinha 50 cm de espessura, excepto a parede que limitava a Norte as duas habitações, bem como a que definia o compartimento Sul e a que dividia os compartimentos 2 e 3 da habitação Este.

Relativamente à implantação destas duas estruturas portuguesas na malha urbana de Alcácer Ceguer deve sublinhar-se que a rua aqui detectada, encontrada calcetada apenas no flanco Este, é uma paralela da Rua Direita, comunicando com esta provavelmente através da primeira travessa registada a partir da Porta de Ceuta, a que já fizemos referência. Tratar-se-ia de um beco sem saída, encerrado a Este, constituindo serventia para estas duas casas, numa malha pouco típica do fenómeno urbano português desta época. Pode justificar-se pelas vicissitudes da apropriação da medina islâmica, ou como um caso de apropriação privada do espaço público, semelhante a outros que eram ainda comuns no Portugal desta época (Trindade, 2002, p. 104).

Sob a superfície de circulação das estruturas acima referidas foram escavados os níveis 5 a 7, de sedimento castanho-escuro solto, que cobriam os pavimentos de duas habitações merínidas. Embora contivessem vestígios de paredes, estes estratos não foram interpretados como derrubes, mas antes como aterros de preparação para o levantamento das casas portuguesas. Incluía essencialmente espólio arqueológico da ocupação cristã, algum dele encontrado *in situ*, conforme o estudo dos materiais dos vários depósitos que realizámos, mas que aqui não apresentamos. Este facto prova a utilização portuguesa das casas merínidas, num processo que implicou pequenas transformações nestas estruturas, sobretudo ao nível dos pavimentos. O aproveitamento pelos portugueses das habitações preexistentes como sua primeira morada em Alcácer Ceguer foi, aliás, registado noutras locais deste sítio arqueológico (Boone, 1980, p.214). Assim, apenas nas camadas existentes sob os pavimentos das casas merínidas é que se detectou espólio arqueológico islâmico significativo.

A estrutura merínida registada a Oeste não foi integralmente escavada, revelando-se vestígios de um pátio central, de um salão com uma alcova, entre outras áreas truncadas, pelo que não as analisaremos aqui.

A habitação a Este conserva-se integralmente, com cerca de 66,2 m² de área útil (9,1 x 8,9 m), na média do que foi calculado para as habitações de Ceuta (Hita e Villada, 1996, p.82). Tinha um formato praticamente quadran-

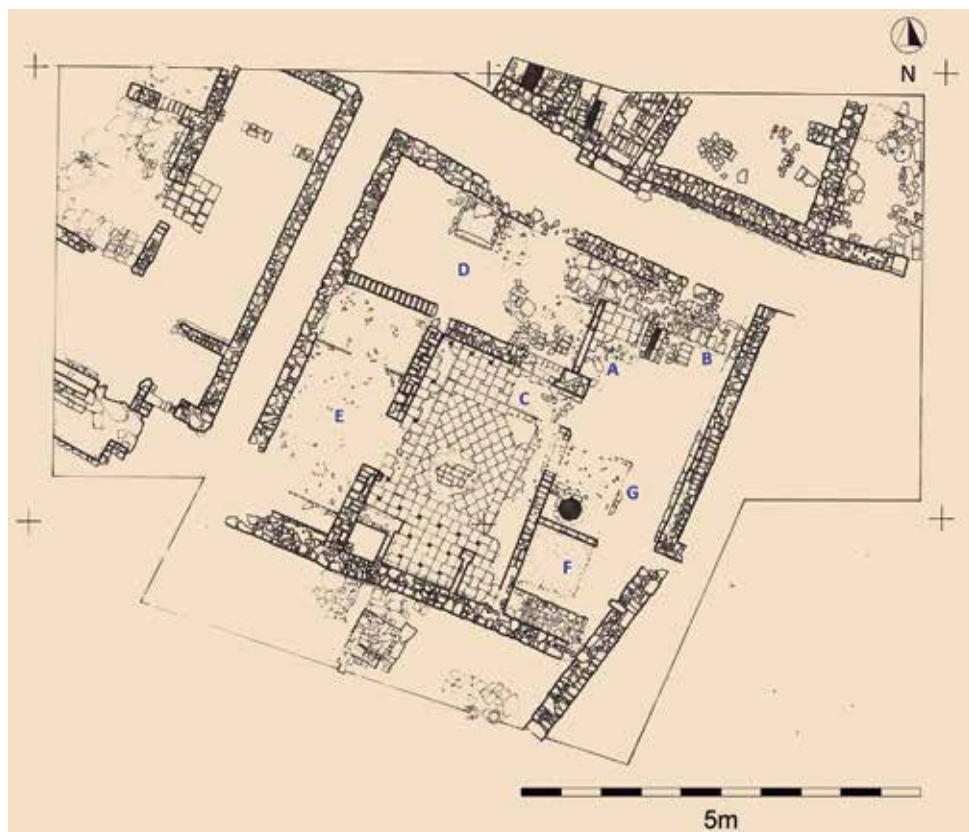


Fig.9.- Estruturas de época merínida em E17N10-E18N10-E18N9.

gular, apesar da inexistência do vértice Sul, anulado por uma quinta parede, provavelmente de época anterior à derradeira fase desta casa merínida, mas que foi integrada na construção. O muro Norte descrevia um trajecto ligeiramente curvo, eventualmente relacionado com o seu débil estado de conservação. A grande maioria das paredes tinha 0,35 m de espessura, sendo compostas por fiadas alternadas de pedra e tijolo unidas por argamassa, revestidas por estuque em ambos paramentos. Três paredes exteriores apresentavam maior espessura, entre 0,4 e 0,5 m, ainda que a Noroeste fosse mais fina, com apenas 0,3m, fazendo também maior uso de pedra.

O acesso fazia-se a Norte, através de uma porta que dava para uma rua em terra batida e que corria no sentido ONO-ESE. Esta conduzia a um estreito corredor com 2,3 m² de área útil (2,55 x 0,9 m), definido por finos muros de tijolo com 0,15 m de espessura, material que revestia igualmente o piso (compartimento A); descrevendo um percurso no sentido Nordeste

– Sudoeste, inflectia na extremidade para Noroeste, fazendo o característico ângulo recto que conduzia ao pátio. É possível que o corredor desse acesso também à latrina da habitação (compartimento B), localizada no canto nascente da casa, mas da qual se descortinam escassos vestígios; em todo o caso é clara a existência neste sector de uma canalização. Latrina e sistema de saneamento destinado a escoar águas sujas são, com efeito, elementos presentes em todas as casas islâmicas de Alcácer Ceguer escavadas até ao momento (Redman, 1986, p.98). Assinale-se que a colocação da latrina junto à porta exterior da habitação, aberta para o corredor de acesso e não para o pátio central – como verificado no outro conjunto doméstico de Alcácer Ceguer analisado acima – tem paralelo em Ceuta (Hita e Villada, 2000, p.34).

O pátio ocupava a maior área da casa (compartimento C), com 18,9 m² de área útil (5,4 x 3,5 m), dando acesso às demais divisões em redor, excepto no flanco Sudoeste, onde confinava com a parede exterior. Nesta zona existem vestígios de dois pilaretes com muretes associados que poderiam ter sustentado um espaço porticado, acima do qual se desenvolveria um segundo andar; neste caso, a escada poderia desenvolver-se em madeira na zona mais a Oeste. Este tipo encontra semelhanças na casa n.º10 de Siyasa (Múrcia), para a primeira metade do século XIII (Navarro e Jiménez, 2009, p.720), mas também em casas de Huerta Rufino (Hita e Villada, 2000). O pátio era inteiramente revestido por tijolos, assentes em argamassa de cal muito resistente. A zona central tinha um padrão de colocação na diagonal de tijolos com 0,20 x 0,25 m, limitado ao redor por peças idênticas dispostas com padrão rectangular e, finalmente, por uma demarcação com uma linha de tijolos postos em cutelo, concedendo ligeiro desnível. Os corredores laterais e a possível zona porticada tinham revestimento com tijolos iguais dispostos com padrão quadrangular, deixando ao centro espaço para um pequeno azulejo vidrado a negro, de 0,05 m de lado, ou uma composição quadrangular de azulejo alicatado (losango negro com triângulos bancos). Apesar do esmero no revestimento deste pátio, deve assinalar-se a escassez de policromia conferida por azulejos como os referidos, formando os padrões diversificados bem característicos das habitações merínidas de Ceuta (Hita e Villada, 2000, p.28 e 32-33). Refira-se que no centro do pátio se verificou uma descontinuidade do revestimento, colmatada com tijolos mais pequenos, colocados sem grande padrão, numa clara solução de improviso. Poderá relacionar-se com os vestígios de cal presentes em várias partes do pátio, eventualmente uma cobertura do pavimento feita aquando da ocupação portuguesa do espaço.

A Norte do pátio estava o compartimento D, com 12,9 m² de área útil (5,6 x 2,3 m), identificado como cozinha (Redman, 1986, p.85). Acedia-se a ele através de uma porta com 1,1 m, com soleira em tijoleira, onde ainda se notava um gonzo para porta. Na sua continuação detectou-se no interior do compartimento um piso de tijoleira, coberta em momento posterior – talvez no contexto da reutilização portuguesa da casa – por argamassa misturada com alguma pedra. Na restante área não se encontrou qualquer revestimento do solo. Encostado à parede Nordeste, que confinava com o exterior, foi detectada uma estrutura de pedras interpretada como um fogão, tendo ali sido encontrada cerâmica de cozinha *in situ* (Redman, 1986, p.87).

A Oeste desenvolvia-se um salão com uma alcova (compartimento E), totalizando 12,7 m² de área útil (5,5 x 2,3 m). Acedia-se a ele por uma porta com vão de 1,15 m, onde previvia ainda o respectivo gonzo. Tinha pavimento de argamassa com pequenas pedras, sendo a zona da alcova demarcada por uma linha de tijolos dispostos em cutelo. Do lado oposto à alcova observa-se um alinhamento de uma estrutura a cota inferior, impossível de determinar.

A parede Sudeste do pátio central, integralmente composta por tijolos e com 0,25 m de espessura, confinava com uma área de mais difícil interpretação. Por um lado, parece existir um pequeno compartimento com pavimento de estuque (compartimento F), limitado por fino muro de tijolo com 0,15 m, a nascente, determinando uma área útil de 4,4 m² de área útil (2,2 x 2 m); aqui notaram-se vestígios de um muro mais espesso, a cota inferior, que seria de uma ocupação anterior. Por outro lado, observou-se a boca de um poço estruturado com tijolo e pedra argamassados e cobertos por estuque, circundado por um pavimento bem preservado de estuque, idêntico ao anterior. Deve referir-se que todas as casas islâmicas escavadas em Alcácer Ceguer tinham um poço, usando este mesmo tipo de materiais e técnica construtiva (Redman, 1986, p.92).

Em termos urbanísticos é difícil integrar estas habitações da Alcácer Ceguer islâmica, dada a escassez da área escavada em seu redor, em especial nas vertentes Sul e Este. Esta localizava-se próxima a uma das principais portas da cidade, a Bab Sebta, ainda que num eixo secundário. A Norte da casa encontrava-se uma rua em terra batida com cerca de 1,5m de largura, que parece ser paralela à rua islâmica que deu posteriormente lugar à Rua Direita. Na sua vertente Oeste detectou-se uma rua muito estreita, com cerca de 0,5m, em terra batida, que a separava as duas habitações merínidas detectadas na escavação.

Esta segunda área de habitacional de Alcácer Ceguer não se afigura de menor complexidade interpretativa que a precedente. Neste caso estão provados diferentes níveis de ocupação islâmica, embora apenas sondados na metade Oeste deste sector, matéria que aqui não abordamos. Em todo o caso, refira-se que entre os níveis 8 e 10 foi detectada uma sucessão de três pavimentos em estuque, todos eles com alguns centímetros de preparação do solo. Sob estes encontram-se estratos diversos até ao nível 15, com mais um nível de preparação de pavimento, cobrindo uma grande caixa de esgoto. É um pequeno exemplo da riqueza de informação relativa à ocupação medieval deste sítio, nomeadamente ao nível da densidade do processo de reformulação da habitação doméstica, realidade que aqui fica revelada apenas no nível superior.

Atentando ao processo de apropriação do espaço doméstico por parte dos portugueses deve referir-se que, se inicialmente estes utilizaram segu-



Fig.10.- Sobreposição de estruturas de época portuguesa e merínida em E17N10-E18N10-E18N9.

ramente as estruturas merínidas com escassas transformações, como já foi referido, implantaram depois unidades domésticas radicalmente diferentes das preexistentes. Apenas uma parede – a que limitava a Este todo este conjunto, com o seu percurso anguloso resultante de fases diferenciadas de ocupação islâmica – foi reutilizada pelos cristãos integralmente, através de alteamento. Não é claro se existiu, também, um aproveitamento da parede exterior Oeste da casa nascente merínida como muro delimitador dos dois conjuntos portugueses, já que este parece descrever um trajecto ligeiramente oblíquo face ao preexistente. A própria fachada Norte das habitações muçulmanas, que confinava com a rua, foi recuada por parte dos cristãos, que assim alargaram a via de circulação, já que mantiveram o seu perfil a Norte; a sua configuração tornou-se, porém, mais irregular, com larguras diferenciadas. O limite Sul da casa islâmica poente pode ter sido pontualmente reutilizado, mas o da unidade nascente foi totalmente demolido. Trata-se, pois, de um modestíssimo reaproveitamento estrutural, antevendo-se uma operação de reformulação urbana mais lata que a verificada no outro caso de estudo, alterando quase por completo a estrutura de propriedade herdada.

Evidentemente que a compartimentação interna ainda se tornou mais díspar. Os pátios centrais das duas habitações merínidas foram cobertos e atravessados por muros estruturais das casas portuguesas, a poente a parede exterior Oeste da unidade doméstica, a nascente o muro delimitador das áreas produtiva e habitacional. Nenhum compartimento manteve correspondência com os seus antecessores, alterando-se naturalmente todas as áreas funcionais. As construções portuguesas não parecem sequer ter sido minimamente condicionadas pelas suas predecessoras, que foram largamente arrasadas.

Assim, pode afirmar-se que, à semelhança do verificado no caso de estudo anterior, houve a sobreposição de uma casa islâmica característica, por estruturas que seguem, em boa medida, um padrão típico da habitação corrente portuguesa, em vários aspectos.

Em primeiro lugar, a habitação a Este reproduz canonicamente o referido modelo de “casa dianteira e casa de dentro”, com dois compartimentos: um de maiores dimensões comunicante com a rua, onde se desenrolariam actividades transversais a todo o agregado familiar, como a confecção e ingestão de alimentos, ou outro tipo de tarefas domésticas; outro mais distante da via pública, reservado à faceta mais privada da vida familiar, o local de dormida. A associação lateral de um compartimento para actividades económicas permitiu uma especialização funcional desta casa bice-

lular, retirando possivelmente à casa dianteira qualquer função económica que poderia acumular, acrescentando “conforto e, até, alguma intimidade” aos que ali viviam (Conde, 2011, p.30). De facto, esta agregação entre áreas habitacionais e produtivas ou comerciais é verificada como uma constante da Alcácer Ceguer portuguesa (Redman, 1986, p.166), mas é, na realidade, uma característica muito comum do tecido urbano português dos séculos XV e XVI, havendo nestes casos acessos distintos, a fim de preservar o espaço doméstico (Trindade, 2002, p.129). No presente caso estamos face a uma área de lagar, podendo relacionar com a produção de azeite, vinho ou outro produto. Até ao momento apenas se atestou documentalmente a existência de vinhas plantadas em Alcácer Ceguer (Farinha, 1990, p.403 e 419), não sendo raro encontrar em Portugal, mesmo em ambiente urbano, a presença de estruturas de ligadas à actividade vinícola (Conde, 2011, p.57).

Relativamente às dimensões destas unidades, tal como nos casos já analisados anteriormente, a utilização da vara craveira surge tanto no desenho das áreas úteis, como na definição dos seus muros. Assim, no caso do compartimento 2 da habitação a Este o comprimento equivale sensivelmente a oito varas (8,85m) e a largura a três varas (3,5m), ao passo que o compartimento 3 tem três varas de lado. Resulta, pois, uma casa de tendência alongada a partir da rua, que encontra paralelo em grande parte dos aglomerados urbanos portugueses coevos (Conde, 1997, p. 248-249; Trindade, 2002, p. 31-32). O compartimento 1 desta habitação Este, à parte da estranha irregularidade da parede Norte (para a qual ainda não temos interpretação), é pautado pela rectilinearidade das paredes Sul e Este, com quatro por cinco varas e meia, respectivamente. A área útil da casa, se considerada apenas a parte habitacional (compartimentos 2 e 3), com 28,9 m², está em valores mínimos para a generalidade das cidades portuguesa coevas; se lhe juntarmos a parte laboral, com 26,7m², obtemos uma casa com 56,5m², suplantando as médias da maioria dos aglomerados urbanos do Reino (Conde, 2011, p. 224-225). No que respeita à dimensão das portas, de forma algo contraste com o que sucede com os outros dois casos aqui referidos, tanto as internas como a que dava acesso ao exterior, são consideravelmente maiores, não seguindo a lógica mais comum da porta exterior maior que as interiores. Este facto pode eventualmente relacionar-se com remodelações deste espaço ao longo do período português, ou mesmo com o reaproveitamento de soleiras.

Relativamente à habitação portuguesa a poente, mau grado não ter sido escavada na totalidade, podemos igualmente considerar que esta segue as características do modelo de “casa dianteira e casa de dentro”, numa va-

riante de duplicação horizontal comum nas zonas urbanas do Médio Tejo, que pressupunha “casa dianteira, casa do meio e casa de trás” (Conde, 2011, p.81). A utilização de cada espaço não difere genericamente do que já foi referido para este modelo, fazendo o compartimento 1 a intermediação entre a rua e os mais recatados espaços domésticos, os compartimentos 2 e 3. Pela falta de indícios arqueológicos relacionados com zona de fogo no compartimento 2 e seguindo algumas das recorrências organizativas de casas portuguesas coevas (Conde, 2011, p.81), podemos aventar sobre a localização da cozinha na casa de trás e a zona de dormida na casa do meio, respectivamente compartimentos 3 e 2.

Nesta habitação Oeste segue-se, igualmente, uma métrica portuguesa, ainda que adaptada nalguns troços. Os compartimentos 1 e 2 têm seis varas de comprimento e quatro de largura; a estas ainda se somariam as do compartimento 3, com estimadas duas varas e meio de comprimento e quatro de largura. A superfície útil desta casa encontra semelhança nas médias de algumas urbes portuguesas como Alenquer, Coimbra ou Óbidos (Conde, 2011, p.224-225). A sua forma rectangular, ainda que menos estreita, tem paralelos nas medidas prevalecentes (comprimento/largura) de algumas cidades como Coimbra ou Alcácer do Sal (Conde, 2011, p. 226). Os muros acresciam a estes valores com medidas que rondavam por regra a meia vara. As duas portas internas deste conjunto são também de uma vara de largura.

CONCLUSÃO

A apropriação do espaço doméstico merínida pelos portugueses parece seguir padrões nos dois casos analisados neste texto, embora se verifiquem também particularidades. Em primeiro lugar, se no primeiro caso não parece ter havido um aproveitamento duradouro da casa islâmica pelos cristãos aquando da ocupação da cidade, no segundo é claro que os conquistadores ocuparam a estrutura preexistente por alguns anos, realizando-lhe modificações mínimas. Assim, parece evidente que o processo de substituição das construções domésticas ocorreu ao longo de um século em momentos distintos, embora não se exclua que a continuidade da investigação venha a revelar momentos e espaços onde esta renovação tenha ocorrido em conjunto, numa escala mais abrangente.

Em segundo lugar é evidente que os portugueses levaram a efeito uma profunda substituição da arquitectura civil merínida. A dimensão dos lotes foi alterada parcialmente, verificando-se casos de continuidade em certos

flancos das habitações, não exclusivamente aqueles que confinavam com ruas que mantiveram a sua função, mas também em parcelas fundiárias que permaneceram com os mesmos limites. Houve também algum aproveitamento de parte das paredes externas das unidades habitacionais, numa atitude de claro pragmatismo e poupança de recursos. Mas a compartimentação interna das casas foi profundamente alterada, não se detectando qualquer continuidade ao nível da utilização dos espaços: sobrelevadas em relação às suas predecessoras, as estruturas portuguesas cobriram e construíram muros sobre os pátios centrais, alteraram os espaços de cozinha, anularam poços e sistemas de saneamento, eliminaram compartimentos de latrinas, transformaram os locais de dormida e mudaram a direcção das portas. Dir-se-ia que, fora de alguns lanços da estrutura base das casas, nada foi mantido pelos novos ocupantes do burgo, embora o investimento que estes processos implicavam deva ser matizado, dado que se circunscreveu à substituição da cobertura, alteamento do solo e construção de nova compartimentação interna.

Quanto aos motivos para esta mutação na estrutura doméstica, um acto de ruptura profundo na paisagem urbana, será prematura nesta fase da investigação avançar com causas muito determinantes. Por um lado, motivações de carácter socioeconómico terão sido importantes, podendo o segundo de caso de estudo ser um bom exemplo disso, em que a renovação do lote poderá ter sido feita em função da implantação de um espaço de trabalho, um lagar. Está documentado um caso idêntico em Alcácer Ceguer, mas em que a implantação de uma unidade produtiva não implicou uma transformação tão profunda da arquitectura doméstica (Redman, 1986, p.172-174). Noutras situações, a pressão demográfica terá sido importante, obrigando por exemplo a uma maior compartimentação, à eliminação de áreas de descanso, ou à construção de mais pisos (Boone, 1980, p.97; Redman, 1986, p.165).

Factores de ordem política poderão ter implicado igualmente alteração das estruturas domésticas. Embora não existam por agora dados que apontem nesse sentido, é muito provável que a Coroa tenha determinado programas urbanos condicionadores das próprias habitações, além da estrutura fundiária, que permanece também largamente desconhecida. É possível que o primeiro caso de estudo obedeça a estas premissas, sendo sugestivo pensar numa empreitada régia implicando a estruturação da Rua Direita, a par da construção de um novo espaço culto, a igreja de São Sebastião, fomentando uma alteração geral no tecido urbano envolvente. O alargamento

e rectilinearidade da Rua Direita parece ser o elemento a partir do qual se desenvolvem as outras componentes urbanas. Noutros exemplos, refiram-se as exigências militares, que poderão também ter levado à reformulação das moradias, nomeadamente junto das muralhas do aglomerado urbano.

Por fim, questões de carácter cultural e mental devem ser consideradas como pano de fundo deste processo transformador. É evidente que o modelo de casa que os portugueses transportam para Alcácer Ceguer estava já longe do arquétipo islâmico, ou mediterrâneo, que imperara na Península nos séculos precedentes. Assim, quando existe oportunidade ou desejo de reconstruir o espaço de residência, os modelos aplicados são aqueles que se tinham tornado dominantes no Portugal dessa época.

Com efeito, as casas portuguesas que apresentamos nestes dois conjuntos são um bom exemplo de algumas das variantes formais presentes noutros núcleos urbanos portugueses nos séculos XV e XVI. Se no primeiro conjunto surge-nos o mais raro formato quadrangular, que ainda assim tem vastos paralelos na arquitectura corrente do Reino, no segundo caso afirma-se claramente o modelo mais comum à época de casa alongada, sendo assaz expressiva a proporção entre um comprimento que excede em quase quatro vezes a largura, se considerada apenas a parte residencial (Trindade, 2002, p.31-32; Conde, 2011, p.226).

Destacam-se também organizações das duas habitações seguindo o padrão da “casa dianteira e casa de dentro”, o primeiro espaço destinado a actividades mais públicas, o segundo à intimidade familiar. São porém distintos os espaços funcionais, porque se no primeiro conjunto dispomos de uma casa pluricelular com quatro ou cinco compartimentos, no segundo afirma-se em maior grau a multifuncionalidade dos espaços, com apenas dois compartimentos, a par de uma área de trabalho. Nestes dois conjuntos surgem também áreas de combustão, mas no primeiro caso assente directamente no chão de terra batida em compartimento próprio, ao passo que no segundo utilizando uma estrutura de ladrilho implantada no compartimento dianteiro, o espaço de sociabilidade. Apesar destas diferenças, deve notar-se que em ambos os casos não há vestígios de chaminés associadas, um elemento estrutural raro na habitação comum, fazendo-se a saída do fumo directamente pelo forro do telhado (Trindade, 2002, p.65-66; Conde, 2011, p. 222).

No que respeita às técnicas construtivas aqui utilizadas, nota-se que a construção dos muros é bastante homogénea, utilizando como base a pedra e argamassa, aos quais se juntava por vezes o tijolo, tal como era corren-

te na generalidade dos burgos portugueses da época (Santos, 1964, p.49-50; Trindade, 2002, p.77-92; Conde, 2011, p.214-17). Os muros foram quase sempre rebocados no interior e no exterior da habitação, uma tradição que previve ainda hoje no sul de Portugal (Santos, 1964, p.50). As coberturas usaram de forma esmagadora a telha, podendo o seu forro ocorrer em madeira ou cana, mais uma vez em sintonia com o que se observava no Reino (Santos, 1964, p.50 e 55; Trindade, 2002, p.92-95; Conde, 2011, p.217). Os acessos exteriores ou interiores eram geralmente definidos por soleiras talhadas em pedra de cantaria, onde se colocavam portas de madeira de duas tábuas; mais raramente surgiram aberturas internas sem assento de porta. O solo dos compartimentos é geralmente pavimentado, tanto com pedras de pequena e média dimensão ligadas por argamassa, como por um tipo de argamassa pouco homogénea com pedra miúda, mal preservada em contexto arqueológico. Algumas vezes recorreu-se ao chão em terra batida, como era habitual noutros contextos portugueses (Trindade, 2002, p.95; Conde, 2011, p. 216 e 221).

Enfim, o texto que aqui apresentamos consagra o estudo de apenas duas áreas da intervenção arqueológica realizada pela equipa dirigida por Redman em Alcácer Ceguer. Espera-se no futuro, pela análise de novos contextos arqueológicos deste sítio, perceber constâncias ou padrões que possam afinar as nossas concepções no uso dos espaços e das dinâmicas do quotidiano doméstico na tardo-medievalidade e início da época moderna, tanto em Portugal, como no Norte de África.

Bibliografía

- Boone, J., 1980. *Artifact Deposition and Demographic Change: An Archaeological Case Study of Medieval Colonialism in the Age of Expansion*. Tesis Doctoral, State University of New York.
- Boudjay, A., 2012. "La mise en valeur du site archéologique de Ksar Seghir: bilan et perspectives". En *Ksar Seghir. 2500 and d'échanges intercivilisationnels en Méditerranée*. Institut d'Études Hispano-Lusophones, Rabat, p.107-131.
- Castilho, L. A. de M. e, 2007. "Espaço e Materiais na arquitectura doméstica da Rua Direita de Viseu no século XVI". En *Revista da Faculdade de Letras*, V-VI. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, p.115-128.
- Conde, M. S. A., 1997. "Sobre a casa urbana no Centro e Sul de Portugal nos fins da Idade Média". En *Arqueologia Medieval*, 5. Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, p.243-265.
- Conde, M. S. A., 2010. "A Casa". En *História vida privada*, vol. 1. Círculo de Leitores, Lisboa, p.54-77.
- Conde, M. S. A., 2011. *Construir, Habitar: A Casa Medieval*. Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Braga.
- Correia, J., 2008. *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto.
- Cressier, P., 2012. "Al- Qsar al-Saghir, ville ronde". En *Ksar Seghir. 2500 and d'échanges intercivilisationnels en Méditerranée*. Institut d'Études Hispano-Lusophones, Rabat, p.61-89.
- Cressier, P.; Hassar-Benslimane, J.; Touri, A., 1986. El urbanismo rural de Belyounech: aproximación metodológica a un yacimiento medieval islámico del norte de Marruecos. En *Congreso Arqueología Espacial. Coloquio sobre el microespacio*, vol. IV. Seminario de Arqueología y Etnología Turolense, Colegio universitario de Teruel, Teruel, p.327-349.
- Cruz, M. L. G. da, 1997. "As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África". En *Mare Liberum*, nº 13, p.123-87, e nº 14, p.117-98. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.
- Cunha, Rui Maneira, 2003. *As medidas na arquitectura, séculos XIII-XVIII. O estudo de Monsaraz*. Caldeioscópico, Lisboa.
- Farinha, A. D., 1990. *Portugal e Marrocos no século XV*. Tesis Doctoral, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Hita Ruiz, J. M.; Villada Paredes, F., 1996. "Unas casas meriníes en el arrabal de En medio de Ceuta". En *Caetaria*, 1. Ayuntamiento de Algeciras, Algeciras, pp. 67-91.
- Hita Ruiz, J. M.; Villada Paredes, F., 2000. *Un aspecto de la sociedad ceutí en el siglo XIV: los espacios domésticos*. Museo de Ceuta, Ceuta.

- Moujoud, T., 2012. "Ksar Seghir d'après les sources médiévales d'histoire et de géographie". En *Ksar Seghir. 2500 and d'échanges intercivisationnels en Méditerranée*. Institut d'Études Hispano-Lusophones, Rabat, p.35-59.
- Navarro, J.; Jiménez, P. (2009), Casas y Palacios de la Murcia Andalusí a la llegada de Alfonso x. en *Alfonso X, El Sabio*. Comunidad Autónoma Región de Murcia / Ayuntamiento de Murcia / Caja de Ahorros del Mediterráneo, Murcia, pp. 705-720.
- Raissouni, Baraka; Bernal, Darío; El Khayari, Abdelaziz; Ramos, José; Zouak, Mehdi (ed.), 2015. *Carta Arqueológica del Norte de Marruecos (2008-2012). Prospección y yacimientos, un primer avance. Vol. I*. Editorial Universidad de Cádiz, Cádiz.
- Redman, C. L., 1986. *Qsar es-Seghir. An Archaeological View of Medieval Life*. Academic Press, Orlando.
- Redman, C. L.; Anzalone, R. D.; Rubertone, P. E., 1978. "Qsar es-Seghir. Three seasons of excavation". En *Bulletin d'Archéologie Marocaine*, tome XI, p. 151-195.
- Santos, Vítor Pavão dos (1964), *A Casa no Sul de Portugal na transição do século XV para o século XVI*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Teixeira, A.; El-Boudjay, A.; Torres, J. B., 2013. "Un contexto habitacional portugués en Ksar Seghir, Marruecos (siglos XV-XVI)". En *Arqueología en las columnas de Hércules. Novedades y perspectivas de la investigación arqueológica en el Estrecho de Gibraltar. XV Jornadas de Historia de Ceuta*. Instituto de Estudios Ceuties, Ceuta, p.309-341.
- Trindade, L., 2002. *A casa urbana em Coimbra. Dos finais de Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra, Câmara Municipal.